

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.769 - SP  
(2019/0090698-7)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**AGRAVANTE** : VICTOR GAMARRA DE MORAES  
**ADVOGADOS** : VIVIANE CRISTINA DE SOUZA LIMONGI - SP166633  
CELSO LUIZ LIMONGI - SP019580  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental interposto por VICTOR GAMARRA DE MORAES contra decisão monocrática, da lavra do Ministro Presidente, João Otávio de Noronha, que não conheceu do agravo em recurso especial.

O agravante afirma que o agravo em recurso especial não foi conhecido, em virtude de não se ter impugnado um dos fundamentos da decisão de admissibilidade, consistente na impossibilidade de se alegar ofensa à constituição por meio de recurso especial. Contudo, esclarece que não interpôs recurso alegando violação direta à Constituição Federal, tendo apenas mencionado o disposto no art. 93, inciso IX, da Carta Magna, como reforço argumentativo.

Pugna, assim, pelo provimento do agravo regimental, para que seja conhecido o agravo em recurso especial.

É o relatório. **Decido.**

Diante da argumentação apresentada pelo agravante, considero ser o caso de reconsiderar a decisão da Presidência, para conhecer do agravo em recurso especial, motivo pelo qual passo ao exame do recurso.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado e pronunciado como incurso no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, por 4 vezes, em concurso formal. Irresignada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual se negou provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 1.315):

*RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO TENTADO - SUSCITADA PRELIMINAR DE NULIDADE EM RAZÃO IRREGULARIDADES QUANDO DO INTERROGATÓRIO EXTRAJUDICIAL E OITIVA DE TESTEMUNHAS - INOCORRÊNCIA - EVENTUAIS VÍCIOS DO INQUÉRITO NÃO CONTAMINAM AÇÃO PENAL - PRELIMINAR DE NULIDADE DA PRONÚNCIA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO - REJEIÇÃO - DECISÃO ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA - CORRELAÇÃO RESPEITADA - PRETENDIDA A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL CULPOSA NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, POR AUSÊNCIA DE PROVA DO DOLO EVENTUAL - INADMISSIBILIDADE - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - AO CONSELHO DE SENTENÇA, JUIZ NATURAL DA CAUSA, COMPETE DECIDIR SOBRE AS QUESTÕES DE MÉRITO - RECURSO NÃO PROVIDO.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 1.374):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA A PRETEXTO DE PREQUESTIONAMENTO - INADMISSIBILIDADE - EMBARGOS REJEITADOS.*

No recurso especial, o recorrente aponta, em um primeiro momento, negativa de vigência aos arts. 413, § 1º, e 620, ambos do Código de Processo Penal, c/c os arts. 1.022, inciso II, parágrafo único, inciso II, e 489, § 1º, incisos IV e V, ambos do Código de Processo Civil, por considerar que o acórdão recorrido não se manifestou sobre as teses da defesa, mantendo a decisão de pronúncia sem a devida fundamentação.

Entende, ademais, ter havido ofensa ao art. 7º, inciso XXI, da Lei n. 8.906/1994, em contrariedade ao disposto na Súmula Vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, uma vez que, embora seu advogado estivesse

presente, "seu interrogatório não fora realizado na sala do Ilmo. Delegado de Polícia e não contou com a presença de advogado, tendo estado algemado durante todo seu interrogatório". Conclui, assim, que referida ilegalidade deve acarretar a nulidade de todos os depoimentos e interrogatórios realizados na fase policial.

Considera também ter ocorrido violação do art. 277 do Código de Trânsito Brasileiro, haja vista a "não realização de exames clínicos, perícia ou teste de alcoolemia para a comprovação do estado de embriaguez do Recorrente". Aponta, outrossim, afronta aos arts. 302 e 303, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, por entender que, com a edição da Lei n. 13.546/2017, não há mais se falar em dolo eventual, uma vez que a conduta melhor se subsume ao tipo penal do art. 302, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro.

Por fim, aponta negativa de vigência ao art. 384 do Código de Processo Penal, uma vez que foi denunciado com dolo eventual, configurado não apenas pela embriaguez, "mas também pelo excesso de velocidade e as manobras de trânsito efetuadas ao longo do trajeto". Contudo, a pronúncia reconheceu o "dolo eventual pela embriaguez ao volante **E** pelo excesso de velocidade, ultrapassando, assim, a imputação constante da denúncia que se restringira à hipótese de dolo eventual por embriaguez ao volante".

Pugna, assim, pelo provimento do recurso, "para que seja desclassificada a conduta do recorrente, para crime de lesões corporais na modalidade culposa, nos termos do art. 303, *caput*, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), sem retroação da Lei n. 13.546/2017 no que couber à cominação das penas".

As contrarrazões foram apresentadas às e-STJ fls. 1.441/1.447 e o recurso não foi admitido às e-STJ fls. 1.453/1.454, motivo pelo qual foi interposto agravo em recurso especial.

Como visto, o agravante aponta, em seu recurso especial, diversas ofensas à legislação infraconstitucional. Assim, afirma, primeiramente,

que foram violados os arts. 413, § 1º, e 620, ambos do Código de Processo Penal, c/c os arts. 1.022, inciso II, parágrafo único, inciso II, e 489, § 1º, incisos IV e V, ambos do Código de Processo Civil, por considerar que o acórdão recorrido não se manifestou sobre as teses da defesa, mantendo a decisão de pronúncia sem a devida fundamentação.

Esclareço, de plano, que, para que haja violação aos dispositivos que disciplinam os embargos de declaração, é necessário demonstrar que o acórdão embargado efetivamente padece de um dos vícios listados – ambiguidade, obscuridade, contradição e omissão –, e que o Tribunal de origem, embora instado a se manifestar, manteve o vício.

Na hipótese, o agravante opôs embargos de declaração para sanar "diversas omissões e contradições, quanto à apreciação da questão relativa ao dolo eventual, à apreciação das provas, à fundamentação da sentença e do próprio acórdão, sobretudo a apresentação de razões para afastar os acórdãos "paradigmas" indicados nas razões recursas".

Contudo, a Corte local, ao rejeitar os aclaratórios, afirmou que "a pretensão do embargante, a pretexto de que o V. Acórdão foi omissivo e contraditório, é de reexame da matéria submetida a julgamento, ou seja, uma nova discussão quanto às teses já anteriormente analisadas, o que não é possível pela via eleita, ainda que para fins de prequestionamento." (e-STJ fl. 1.375).

De fato, da leitura do acórdão embargado, verifica-se que o Tribunal de origem manteve a decisão de pronúncia, consignando que "há na decisão manifestação expressa, ainda que concisa, sobre a presença de dolo eventual e apreciação da prova na medida adequada para o momento da pronúncia, sendo certo que as teses aduzidas pela defesa se confundem com o mérito da causa, a ser apreciado de forma mais abrangente pelo Conselho de Sentença". (e-STJ fl. 1.320).

Assim, diferentemente do que alega o recorrente, a Corte *a quo*

examinou em detalhe todos os argumentos defensivos, apresentando fundamentos suficientes e claros para refutar todas as alegações deduzidas. Resolvida a questão com fundamentação satisfatória, acaso a parte não se conforme com as razões declinadas ou considere a existência de algum equívoco ou erro de julgamento, não são os embargos, que possuem função processual limitada, a via própria para impugnar o julgado ou rediscutir a causa.

Dessa forma, é possível aferir, de forma manifesta, que a irresignação do recorrente diz respeito, em verdade, ao mérito dos acórdãos, que não acolheram sua argumentação. Nesse contexto, tem-se que o fato de não ter sido acolhida a irresignação da parte, apresentando a Corte local fundamentação em sentido contrário, por certo não revela violação do art. 620 do Código de Processo Penal nem do art. 1.022 do Código de Processo Civil.

A propósito:

**PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS INFRINGENTE DE AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. FINS DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração, como recurso de correção, destinam-se a suprir omissão, contradição e ambiguidade ou obscuridade existente no julgado. Não se prestam, portanto, para sua revisão no caso de mero inconformismo da parte. 2. O argumento de que o enunciado da Súmula 83 do STJ aplica-se somente aos recursos especiais interpostos com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional não merece subsistir, uma vez que o entendimento adotado por esta Corte Superior é o de que "esse óbice também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea a do permissivo constitucional" (AgRg no AREsp 475.096/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 19/08/2016). 3. O órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pela parte, mas somente sobre os que entender necessários ao deslinde da controvérsia, de acordo com o livre convencimento motivado, tal como ocorre no presente caso. 4.**

(...). (EDcl no AgRg no AREsp 1224190/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 40 DA LEI N. 9.605/1998. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. MERO INCONFORMISMO. DOSIMETRIA. PRIMEIRA FASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CADA UMA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP, QUE NÃO SE CONFUNDE COM A OBRIGAÇÃO DE O MAGISTRADO SE MANIFESTAR EXPLICITAMENTE SOBRE AS QUE NÃO HOVER DESFAVORECIDO. DESNECESSIDADE DE FORNECER RAZÃO PARTICULAR PARA IMPOR A PENA NO MÍNIMO LEGAL ANTE A AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. I - Demonstrado, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, de forma satisfatória e suficiente, que o acórdão embargado não padecia de qualquer vício e que o embargante em verdade pretendia, com o recurso, obter a reforma do julgamento, desnecessária e prolixa seria qualquer manifestação adicional a respeito do tema, visto que esgotada a matéria debatida. II - Não se exige do órgão julgador, na primeira fase da dosimetria da pena, que, de fato, se pronuncie, especificamente, sobre cada uma das circunstâncias judiciais listadas no art. 59, do Código Penal, mas apenas que explicita as razões pelas quais considerou como negativas aquelas que venham a ser desfavorecidas, com remissão a elementos concretos extraídos dos autos, e com o necessário detalhamento. III - O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ). IV - In casu, inviável a modificação da conclusão sobre a inexistência de circunstâncias judiciais negativas, pois esta decorreu de todo o contexto probatório acostado aos autos, mediante a análise concreta dos pormenores da situação pelo eg. Tribunal de origem. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1695267/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/05/2018, DJe 30/05/2018)

Por oportuno, consigno que, mesmo após o advento no novo Código de Processo Civil, prevalece no Superior Tribunal de Justiça o

entendimento de que "o julgador não é obrigado a rebater cada um dos argumentos aventados pela defesa ao proferir decisão no processo, bastando que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais acolheu ou rejeitou as pretensões da parte"(AgRg no AREsp 1009720/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/4/2017, DJe 5/5/2017).

No mesmo sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ALEGADA OMISSÃO, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, DE MENÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. EMBARGANTE QUE, NAS RAZÕES DO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA SEQUER MENCIONOU OS ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL OU DE TRATADOS INTERNACIONAIS QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO A RECONHECER. EMBARGOS REJEITADOS. I - Não tendo sido mencionados pela recorrente, nas respectivas razões do recurso ordinário em mandado de segurança (mas apenas nos embargos de declaração), os dispositivos constitucionais e convencionais supostamente violados, não há que se cogitar de omissão no acórdão embargado em não ter feito menção expressa a tais dispositivos. II - "O julgador não é obrigado a manifestar-se sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos que justificaram suas razões de decidir" (EDcl no AgRg no HC 302.526/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 01/02/2017). III - Tendo sido enfrentadas no acórdão recorrido todas as matérias ventiladas no recurso, com exceção daquelas em relação às quais houve supressão de instância, por não terem sido apreciadas pelas instâncias ordinárias, inexistente omissão a ser reconhecida. IV - Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração são cabíveis apenas quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, hipóteses que não se verificam no caso concreto. Embargos de Declaração conhecidos, mas rejeitados. (EDcl no AgRg nos EDcl no RMS 50.590/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017)*

Quanto à apontada ofensa ao art. 384 do Código de Processo

Penal, por considerar que foi pronunciado com "dolo eventual pela embriaguez ao volante e pelo excesso de velocidade, ultrapassando, assim, a imputação constante da denúncia que se restringira à hipótese de dolo eventual por embriaguez ao volante", verifico que o Tribunal de origem consignou que a denúncia, "para a caracterização do dolo eventual, ao contrário do que alega a defesa, não se limita a invocar a embriaguez do acusado, fazendo referência, ainda, às manobras arriscadas e à alta velocidade que o recorrente imprimiu ao veículo, elementos estes retomados na decisão de pronúncia" (e-STJ fl. 1.321).

Ainda que assim não fosse, tem-se que o instituto da *mutatio libelli* se refere à alteração da definição jurídica do fato, o que não se verificou na hipótese dos autos, uma vez que o agravante foi denunciado e pronunciado exatamente pelo mesmo tipo penal – no art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, por 4 vezes, em concurso formal. Dessa forma, nem ao menos é possível compreender em que consistiria eventual ofensa ao art. 384 do Código de Processo Penal, o que revela a deficiente fundamentação do recurso, a atrair a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Como é cediço, "a indicação de preceito legal federal que não consigna em seu texto comando normativo apto a sustentar a tese recursal e a reformar o acórdão impugnado padece de fundamentação adequada, a ensejar o impeditivo da Súmula 284/STF" (REsp n. 1.715.869/SP, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 7/3/2018).

No mesmo sentido:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. VARA ESPECIALIZADA CONTRA O CRIME ORGANIZADO, CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E ECONÔMICA E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. I - A jurisprudência desta eg. Corte, alinhando-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, é a de autorização para que Tribunais locais procedam à especialização de Varas para o processamento de feitos restritos por matéria. Assim, apesar de terem sido cometidos os delitos na Comarca de Rondonópolis, o*



*juízo especializado perante a Vara Especializada contra o Crime Organizado, os Crimes contra a Ordem Tributária e Econômica e os Crimes contra a Administração Pública se mostra acertado porquanto prevalece o Juízo especializado em razão da matéria. Precedentes. II - os dispositivos apontados no apelo nobre não albergam a pretensão recursal porquanto seria necessário examinar os citados Provimento 004/2008/CM e a Resolução 23/2014 do Tribunal a quo, pois o artigo 70 do CPP não traz comando normativo suficiente, por si só, para alterar a competência fixada nas instâncias de origem. Portanto, incide, no caso, o teor da Súmula 284/STF ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'). Agravo desprovido. (AgRg no REsp 1611615/MT, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018).*

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 384 DO CPP. DISPOSITIVO DE LEI QUE NÃO AMPARA A PRETENSÃO RECURSAL. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AFRONTA AO ART. 41 DO CPP. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. DESCRIÇÃO SUFICIENTE DOS FATOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECLUSÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 400 DO CPP. OFENSA AO RITO PROCESSUAL ORDINÁRIO. INTERROGATÓRIO NO INÍCIO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. MALFERIMENTO AO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO LEGAL RELATIVO À NÃO DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ART. 255/RISTJ. INOBSERVÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A indicação de dispositivo lei que não ampara a pretensão recursal enseja a aplicação do enunciado nº 284 da Súmula do Pretório Excelso, pois caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia. 2. Estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça incide o enunciado 83 da Súmula desta Corte. 3. A não observância dos requisitos do artigo 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, torna inadmissível o conhecimento do recurso com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1489998/SP, Rel. Ministra MARIA*

*THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 02/06/2015)*

No que concerne à apontada ofensa ao art. 7º, inciso XXI, da Lei n. 8.906/1994, em virtude de seu advogado não ter podido participar do seu interrogatório na delegacia, verifico que a Corte local registrou que "é pacífico que o inquérito policial consiste em procedimento administrativo no qual não é obrigatória a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa" (e-STJ fl. 1.317).

Nesse contexto, verifico que o acórdão recorrido se encontra em consonância com o entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "inexiste nulidade do interrogatório policial por ausência do acompanhamento do paciente por um advogado, sendo que esta Corte acumula julgados no sentido da prescindibilidade da presença de um defensor por ocasião do interrogatório havido na esfera policial, por se tratar o inquérito de procedimento administrativo, de cunho eminentemente inquisitivo, distinto dos atos processuais praticados em juízo". (HC 162.149/MG, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 10/5/2018).

Não se pode descurar, ademais, que eventual irregularidade na fase investigativa, mesmo que venha a ser comprovada, não possui o condão de afetar a ação penal. Isso porque o inquérito policial é peça meramente informativa, que visa munir o órgão responsável pela acusação dos elementos necessários para o oferecimento da denúncia, não consistindo, portanto, em fase obrigatória da persecução penal.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. INTERROGATÓRIO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE INTÉRPRETE. ESTRANGEIRO QUE DOMINA A LÍNGUA PORTUGUESA. AUSÊNCIA DE NULIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se declara a invalidade de interrogatório sem assistência de*

*intérprete se não demonstrados o descumprimento de uma fórmula legal e o efetivo prejuízo para a parte, máxime quando suposta irregularidade no inquérito policial não tem o efeito de contaminar a ação penal e a superveniente sentença condenatória. 2. Inviável reconhecer o descumprimento do art. 193 do CPP se o interrogando fala a língua nacional, uma vez que o direito à tradução nos procedimentos penais não decorre da origem estrangeira, por si só, mas da incompreensão do português, pois objetiva a essencial e plena ciência dos fatos e dos questionamentos pelo investigado ou acusado, de modo a evitar com isso uma situação de vulnerabilidade perante os órgãos de persecução penal. 3. Inexiste a comprovação de prejuízo se, conquanto a nacionalidade espanhola, o agravante domina o idioma do Brasil, compreendeu as perguntas do delegado e se fez entender quando foi ouvido durante o inquérito policial, na presença de advogado que não solicitou o acompanhamento de um tradutor. 4. Ademais, não há que se falar em contaminação do processo penal se ocorreu novo interrogatório em Juízo, na presença de intérprete, no qual o réu demonstrou não necessitar de tradução e se retratou da confissão extrajudicial, irrelevante para a condenação, porquanto a sentença está lastreada em abundante material probatório, inclusive derivado de interceptações telefônicas e de quebras de sigilo fiscal. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no RHC 45.250/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/03/2019, DJe 03/04/2019)*

**AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO. OFERECIMENTO E RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. ESVAZIAMENTO DA PRETENSÃO. NATUREZA DO INQUÉRITO. IRREGULARIDADES QUE NÃO CONTAMINAM A AÇÃO PENAL. PERDA DO OBJETO DO RECURSO ORDINÁRIO. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO DESPROVIDO. I - Esta Corte Superior de Justiça há muito firmou entendimento no sentido de que o recebimento da denúncia esvazia a pretensão de trancamento do inquérito policial. II - Também é sedimentada nesta Corte a jurisprudência que assevera que 'Eventual irregularidade na fase investigativa, ainda que venha a ser comprovada, não possui o condão de afetar a ação penal. Isso porque o inquérito policial é peça meramente informativa, que visa munir o órgão responsável pela acusação dos elementos necessários para o oferecimento da denúncia, não consistindo, portanto, em fase obrigatória da persecução penal.' (RHC**

*87.092/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 28/02/2018). III - No presente agravo regimental não se aduziu qualquer argumento apto a ensejar a alteração da decisão agravada, que julgou prejudicado o recurso ordinário que pretendia o trancamento de inquérito policial, em razão do oferecimento e recebimento da denúncia, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 1270387/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 3/5/2018, DJe 9/5/2018)*

Dessa forma, incide, no ponto, por analogia, o verbete n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

No que diz respeito à apontada violação dos art. 277, 302 e 303, todos do Código de Trânsito Brasileiro, haja vista a "não realização de exames clínicos, perícia ou teste de alcoolemia para a comprovação do estado de embriaguez do Recorrente", bem como por entender que, com a edição da Lei n. 13.546/2017, não há mais se falar em dolo eventual na hipótese de homicídio ao volante praticado em virtude de embriaguez, destaque, de plano, que a alteração legislativa não possui a abrangência apontada pelo agravante.

Com efeito, a Lei n. 13.546/2017 acrescentou aos arts. 302 e 303 do CTB os tipos qualificados de homicídio culposo sob a influência de álcool e de lesão corporal culposa, grave ou gravíssima, sob a influência de álcool. Trata-se, portanto, de qualificadoras que incidem sobre os tipos culposos, não autorizando a conclusão no sentido de que não há mais se falar em dolo eventual.

De fato, a nova lei não traz nenhuma análise a respeito do elemento subjetivo do tipo, o qual, como é cediço, deve ser apreciado no caso concreto, **podendo a influência do álcool caracterizar tanto o dolo eventual quanto a culpa consciente**. Assim, acaso **não** fique configurado o dolo eventual, mas sim a culpa na conduta do agente, deve incidir o tipo qualificado,

se demonstrado o estado de embriaguez.

Dessarte, importante aferir se há elementos mínimos aptos a demonstrar o dolo eventual, uma vez que o agravante afirma que não foram realizados quaisquer exames com o objetivo de aferir se estava conduzindo o veículo sob a influência de álcool, nos termos do art. 277 do CTB, e que não há provas da suposta velocidade excessiva.

Esclareço, no ponto, que não se trata de reexame de provas, mas de mera constatação de que os elementos judicializados autorizam a submissão do agravante a julgamento pelo Tribunal do Júri. Como é cediço, "para a pronúncia, não se exige certeza além da dúvida razoável, diferentemente do que necessário para a condenação. Contudo, a submissão de um acusado a julgamento pelo tribunal do júri pressupõe a existência de **lastro probatório consistente no sentido da tese acusatória**, ou seja, requer-se um standard probatório um pouco inferior, mas, ainda assim, dependente da preponderância de provas incriminatórias" (ARE 1067392/CE, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 26.3.2019. Noticiado no informativo n. 935 do STF).

Na hipótese dos autos, a denúncia narra que o agravante "estava muito embriagado e sem condições de conduzir o veículo com segurança" e que estava "em alta velocidade, fazendo diversas vezes manobras arriscadas (zigue-zague na pista), sendo que, em uma delas, o veículo por ele conduzido quase saiu pela lateral da pista, causando um acidente", tendo assumido, portanto, o risco de matar seus 4 amigos que estavam dentro do carro (e-STJ fl. 147).

A decisão de pronúncia, por seu turno, afirma que a materialidade e a autoria encontram-se devidamente delineadas, reconhecendo que os "indícios mínimos aptos a pronunciar o réu não se referem somente à embriaguez, mas também à excessiva velocidade e incompatibilidade das manobras à segurança viária, além de desrespeito à sinalização de trânsito, prevendo e assumindo o risco de produzir a morte das vítimas" (e-STJ fl.

1.158).

Contudo, no que concerne à embriaguez, verifico que, de fato, não consta dos autos que o acusado tenha sido submetido a qualquer procedimento que "permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência". De igual forma, a perícia realizada no local registrou que "não foi possível estimar a velocidade" (e-STJ fl. 984).

Nesse contexto, por mais grave que seja a conduta trazida na denúncia, consistente na suposta embriaguez e alta velocidade na condução do veículo automotor, não é possível submeter o recorrente a julgamento pelo Tribunal do Júri, haja vista a ausência de elementos técnicos nesse sentido, quer quanto à embriaguez quer quanto à velocidade, **o que esvazia o dolo eventual narrado na inicial acusatória.**

Ao ensejo:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ. IMPUTAÇÃO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que "a embriaguez, por si só, sem outros elementos do caso concreto, não pode induzir à presunção, pura e simples, de que houve intenção de matar" (HC 328.426/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 25/11/2015). 2. No caso, o Tribunal de origem concluiu que a denúncia não trouxe a descrição de elementos concretos indicativos da assunção do risco de produzir o resultado. Assim sendo, para se chegar à conclusão diversa, e verificar se houve outras circunstâncias aptas a indicar a ocorrência do dolo eventual, não se prescinde de aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ, 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1594185/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 02/03/2018)*

*PENAL. PROCESSO PENAL. PRONÚNCIA. FILTRO PROCESSUAL. PROCEDIMENTO DO JÚRI. HOMICÍDIO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO APÓS SUPOSTA INGESTÃO*

*DE BEBIDA ALCOÓLICA. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ART. 415, II, DO CPP. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF. EXCESSO DE LINGUAGEM. AUSÊNCIA. OMISSÕES E OBSCURIDADES. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. DOLO EVENTUAL. EMBRIAGUEZ. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS EXCEDENTES AO TIPO. DESCLASSIFICAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO. 1. Incide a Súmula 284 do STF, a impedir o conhecimento do recurso especial, no ponto em que alega deficiência da defesa técnica, porquanto a recorrente deixou de indicar, expressamente, qual dispositivo de lei federal teria sido objeto de violação. Igual conclusão se chega para a alegada violação do art. 415, II, do CPP, pois a defesa deixou de apresentar as razões recursais para elucidar de que modo tal violação teria ocorrido. 2. Muito embora a decisão de pronúncia, dada a sua importância para o réu, deva ser fundamentada, nos termos do inciso IV do art. 93 da Carta Magna, impõe-se ao magistrado apontar elementos que indiquem a existência do crime e indícios suficientes de autoria, em linguagem sóbria e comedida, a fim de não exercer influência nos jurados. 3. Não prospera a alegação de excesso de linguagem por ocasião da decisão de pronúncia, visto que, ao contrário do alegado pela recorrente, a ausência de cotejo de todas as provas produzidas nos autos não configura nulidade, mormente quando o Magistrado aponta apenas elementos probatórios que, na sua convicção, sustentam a admissibilidade da acusação. 4. Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração enseja, em síntese, o aprimoramento da prestação jurisdicional, ante julgado que se afirme omissis, ambíguo, contraditório ou com erro material. São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso. 5. É possível, em crimes de homicídio na direção de veículo automotor, o reconhecimento do dolo eventual na conduta do autor, desde que se justifique tal excepcional conclusão a partir de circunstâncias fáticas que, subjacentes ao comportamento delitivo, indiquem haver o agente previsto e anuído ao resultado morte. 6. A embriaguez do agente condutor do automóvel, sem o acréscimo de outras peculiaridades que ultrapassem a violação do dever de cuidado objetivo, inerente ao tipo culposos, não pode servir de premissa bastante para a afirmação do dolo eventual. Conquanto tal circunstância contribua para a análise do elemento anímico que move o agente, não se ajusta ao melhor direito presumir o consentimento do agente com o resultado danoso apenas porque, sem outra peculiaridade*

*excedente ao seu agir ilícito, estaria sob efeito de bebida alcoólica ao colidir seu veículo contra o automóvel conduzido pela vítima.* 7. Não é consentâneo, aos objetivos a que representa na dinâmica do procedimento bifásico do Tribunal do Júri a decisão de pronúncia, relegar a juízes leigos, com a cômoda invocação da questionável regra do *in dubio pro societate*, a tarefa de decidir sobre a ocorrência de um estado anímico cuja verificação demanda complexo e técnico exame de conceitos jurídico-penais. 8. A primeira etapa do procedimento bifásico do Tribunal do Júri tem o objetivo principal de avaliar a suficiência ou não de razões (justa causa) para levar o acusado ao seu juízo natural. O juízo da acusação (*iudicium accusationis*) funciona como um filtro pelo qual somente passam as acusações fundadas, viáveis, plausíveis e idôneas a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (*iudicium causae*). A instrução preliminar realizada na primeira fase do procedimento do Júri, indispensável para evitar imputações temerárias e levianas, "dá à defesa a faculdade de dissipar as suspeitas, de combater os indícios, de explicar os atos e de destruir a prevenção no nascedouro; propicia-lhe meios de desvendar prontamente a mentira e de evitar a escandalosa publicidade do julgamento" (MENDES DE ALMEIDA, J. Canuto. *Princípios fundamentais do processo penal*. São Paulo: RT, 1973, p. 11). 9. A jurisdição criminal não pode, ante a deficiência legislativa na tipificação das condutas humanas, impor responsabilidade penal além da que esteja em conformidade com os dados constantes dos autos e com a teoria do crime, sob pena de render-se ao punitivismo inconsequente, de cariz meramente simbólico, contrário à racionalidade pós-iluminista que inaugurou o Direito Penal moderno. 10. Recurso especial parcialmente conhecido e - identificada violação dos arts. 419 do Código de Processo Penal e 302 do Código de Trânsito Brasileiro, assim como reconhecida a apontada divergência jurisprudencial - provido para reformar o acórdão impugnado, desclassificar a conduta da recorrente para o crime previsto no art. 302 do CTB e remeter os autos ao Juízo competente. (REsp 1689173/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 26/03/2018)

Constata-se, portanto, que "é possível, em crimes de homicídio na direção de veículo automotor, o reconhecimento do dolo eventual na conduta do autor, desde que se justifique tal conclusão excepcional com base em **circunstâncias fáticas que, subjacentes ao comportamento delitivo, indiquem haver o agente previsto o resultado morte e a ele anuído**". 2. (...).



(AgRg no AREsp 629.630/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)

Nessa linha de inteligência, relevante registrar, ainda, que o presente caso apresenta excepcionalidade que não pode ser desconsiderada, uma vez que, pela leitura da decisão de pronúncia, é possível vislumbrar que o recorrente não previu nem assumiu a produção do resultado mais gravoso, devendo se destacar que estava dentro do carro, em companhia dos seus primos e amigos, no momento do acidente.

Assim, à míngua de elementos técnicos que demonstrem a existência de embriaguez e de alta velocidade, aptos à configuração do dolo eventual, bem como em virtude de os demais elementos trazidos na decisão de pronúncia revelarem a possibilidade de o recorrente não ter agido com dolo eventual, considero ser a hipótese de desclassificar a imputação.

Nesse contexto, embora prepondere na decisão de pronúncia o princípio do *in dubio pro societate*, cabe ao julgador, na primeira fase do júri, implementar um filtro processual com o objetivo de obstar a manutenção de imputações que não possuem lastro probatório mínimo. A propósito, trago recente precedente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, no qual se afirmou, inclusive, ser o caso de dar prevalência ao princípio do *in dubio pro reo*.

No mesmo sentido:

*Ainda que se considerem os elementos indicados para justificar a pronúncia em segundo grau e se reconheça a existência de estado de dúvida diante de lastro probatório que contenha elementos incriminatórios e absolutórios, igualmente a impronúncia se impõe. Isso porque, se houver dúvida sobre a preponderância de provas, deve ser aplicado o in dubio pro reo". (ARE 1067392/CE, rel. Min. Gilmar Mendes, julgamento em 26.3.2019. Noticiado no informativo n. 935 do STF).*

Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência, para

conhecer do agravo e conhecer em parte do recurso especial para **dar-lhe parcial provimento**, desclassificando a imputação de homicídio doloso tentado para lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

